

## **DIVULGAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS: UM ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES DO SETOR FINANCEIRO E OUTROS DA BM&FBOVESPA**

*Disclosure of intangible assets: a study in organizations of the Financial sector and Others from BM&FBovespa*

**Tânia Cristina Chiarello**

E-mail: [tcchiarello@gmail.com](mailto:tcchiarello@gmail.com)

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó; Mestranda no programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau; Professora no Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior.

**Rodrigo Barraco Marassi**

E-mail: [rodrigomarassi\\_16@hotmail.com](mailto:rodrigomarassi_16@hotmail.com)

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná; Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau.

**Roberto Carlos Klann**

E-mail: [rklann@furb.br](mailto:rklann@furb.br)

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau; Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau; Professor titular do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brusque; Rua Antonio da Veiga, 140, Sala D 202, Victor Konder; 89012-900, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

## Resumo

A crescente evolução dos mercados e das tecnologias de informação tem moldado um cenário de mudanças drásticas nos regulamentos contábeis. Um fato que marcou a contabilidade no Brasil nos últimos anos foi o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, instituído pela Lei n. 11.638/2007, que trouxe consigo novos padrões a serem seguidos. A divulgação de ativos intangíveis foi um deles, tornando-se obrigatória para as companhias de capital aberto. Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros listadas na BM&FBovespa, entre os anos 2010 e 2012. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa, compreendendo uma amostra de 34 empresas financeiras. O método aplicado foi a estatística descritiva e a regressão linear múltipla a partir dos dados coletados do *check list* elaborado com base nos requisitos de divulgação do CPC 04. Os resultados denotam que o nível de divulgação dos intangíveis por parte das empresas investigadas é baixo. Além disso, o tamanho da empresa é a única variável testada que explica de modo significativo a evidenciação dos ativos intangíveis.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Índice de divulgação. Instituições financeiras.

### *Disclosure of intangible assets: a study in organizations of the Financial sector and Others from BM&FBovespa*

#### *Abstract*

*The growing market trends and information technology has shaped a scenario of drastic changes in accounting regulations. A fact which marked the accounts in Brazil in recent years has been the convergence with international accounting standards, established by Law n. 11,638 / 2007, which brought new standards to be followed. The disclosure of intangible assets was one of them, making it mandatory for public companies. This study aimed to evaluate the information disclosure level relating to intangible assets in companies in the sector Financial and Other listed on the BM & FBovespa, between the years 2010 and 2012. The research is characterized as descriptive, document and quantitative, comprising a sample of 34 financial companies. The method used was the descriptive statistics and multiple linear regression on the data collected from the check list prepared based on CPC disclosure requirements 04. The results show that the level of disclosure of intangibles by firms investigated is low. In addition, the size of the company is the only variable that explains tested significantly the disclosure of intangible assets.*

*Keywords: Intangible assets. Disclosure Index. Financial institutions.*

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o registro dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial das empresas constituiu-se somente a partir da Lei n. 11.638/2007, tornando-

se imprescindível a introdução do grupo Intangível no Ativo Não Circulante. Logo em seguida, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010), com base na *International Accounting Standard* (IAS) 38, estabeleceu critérios de contabilização para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, determinando a divulgação de informações específicas sobre esses ativos em notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas.

Em relação à importância desses ativos para o universo acadêmico, Colauto et al. (2009) apontam que mesmo antes da introdução do grupo Intangível nas contas patrimoniais, os ativos intangíveis já eram tema de estudos científicos no campo de Ciências Sociais Aplicadas, em que se observa um avanço de pesquisas a partir da década de 1980, em razão da sua importância para o Sistema Capitalista.

Relacionando ao meio empresarial, Antunes e Leite (2008) afirmam que a divulgação de ativos intangíveis é importante para o desempenho das empresas, que buscam utilizá-los a fim de conquistar espaço no mercado, tornando-se mais competitivas.

Ao analisar a divulgação de ativos intangíveis nos demonstrativos de instituições financeiras, é possível verificar se o nível de evidenciação está de acordo com os requisitos exigidos pela normatização contábil de ativos intangíveis mantidos por empresas desse ramo (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ DUEÑAS, 2012).

Diante desse cenário, é lançada a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros, listadas na BM&FBovespa entre os anos 2010 e 2012? Assim, o objetivo do estudo foi avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros, listadas na BM&FBovespa, entre os anos 2010 e 2012.

Algumas pesquisas já realizadas sobre divulgação de ativos intangíveis objetivaram: a) analisar o contexto dos ativos intangíveis referente ao capital intelectual (VERGAUWEN; BOLLEN; OIRBANS, 2007); b) verificar o nível de divulgação em outros países e ambientes, como Espanha (MACAGNAN, 2009a; MACAGNAN, 2009b; CÓRCOLES, 2010; CÓRCOLES, 2013; FUERTES; GARCIA, 2013), Índia (CHANDER; MEHRA, 2011), Itália e Grã-Bretanha (D'ALAURO, 2013), Reino Unido (DEDMAN et al., 2009) e Turquia (UYAR; KILIC; BAYYURT, 2013); c) investigar no ambiente brasileiro como está a adequação de informações (ANTUNES; LEITE, 2008), o tratamento dos ativos intangíveis (CRISÓSTOMO, 2009) e o nível de divulgação desses ativos (GERPOTT;

THOMAS; HOFFMANN, 2008; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012; FONTANA; MACAGNAN, 2013); d) analisar a divulgação de ativos intangíveis nas contas consolidadas de bancos portugueses e espanhóis (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ DUEÑAS, 2012).

Esses estudos contribuem com as pesquisas sobre divulgação de ativos intangíveis, pois enfatizam a importância das informações contidas nos bens intangíveis da entidade e como essas informações podem afetar a percepção dos usuários sobre os demonstrativos financeiros. A presente pesquisa delimita o tema a uma lacuna ainda não estudada sobre o assunto, que trata de avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em instituições financeiras no contexto brasileiro nos anos 2010 a 2012, em que as informações colhidas para a análise se diferem dos estudos anteriormente citados, além da importância de analisar se a evidenciação dos ativos intangíveis das empresas do setor financeiro está em conformidade com as normas IFRS.

Em comparação à pesquisa de Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012), a aplicação de tal análise em um país diferente e em um período posterior permite ao pesquisador identificar não apenas semelhanças entre as pesquisas, mas também quais os fatores divergentes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta revisão de literatura aborda-se o ativo intangível, apresentando suas definições. Posteriormente, apresentam-se aspectos relacionados ao reconhecimento e à divulgação do ativo intangível e estudos anteriores.

### 2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

A definição de ativos intangíveis utilizada por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) é que “[...] são bens que não podem ser tocados, porque não têm corpo.” Entretanto, afirmam que não deixam de ser ativo por não possuírem substância e seu reconhecimento deverá obedecer às mesmas regras válidas para todos os ativos. Os ativos intangíveis compõem uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em razão das dificuldades da sua identificação, pelas incertezas sobre a mensuração e a estimação de sua vida útil e até mesmo sobre o potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Entretanto, os ativos intangíveis estão ganhando

espaço no mercado, diante de alto investimento e em alguns casos superam o valor dos ativos tangíveis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Os ativos intangíveis, na sua maioria, têm origem de situações de um desembolso efetivo de dinheiro ou equivalentes, mas esse gasto não foi refletido na Demonstração dos Resultados, mas no ativo intangível. Diante disso, os intangíveis devem ser classificados como tradicionais (concessões, *goodwill*, patentes, marcas, direitos de autor, licenças, *franchises*, nomes comerciais) e gastos diferidos (publicidade e promoção, desenvolvimento de *software*, dispêndios de constituição e formação) (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (2010, p. 6), a definição apresentada para ativo intangível “[...] é um ativo não monetário identificável sem substância física.” Ativo monetário conceituado pelo CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010, p. 7) “[...] é aquele representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.” Um ativo intangível é considerado quando:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010, p. 8).

O CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010) determina ainda que uma classe de ativos intangíveis nada mais é que um grupo com utilização nas atividades da entidade. Algumas dessas classes são possíveis de exemplificar: títulos de periódicos, marcas e patentes, *software*, direitos autorais, receitas, fórmulas e franquias. Os ativos intangíveis mais importantes para as empresas são as marcas e patentes, *software* e o *goodwill* (KAPLAN; NORTON, 1997).

Na perspectiva de Schmidt e Santos (2002), a marca é um ativo intangível que caracteriza e identifica a empresa e é uma das principais fontes de valores de uma entidade. Marcas são ativos que representam direitos específicos conferidos à entidade por um prazo determinado e renovável periodicamente. Surgem em decorrência dos valores gastos, e incluem, além do nome comercial, desenhos e

logotipos, símbolos que são usados pela empresa, em conjunto ou isoladamente com um produto particular.

O CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010) aponta que é possível encontrar intangibilidade dentro de componentes com substância física, como é o caso dos *softwares* de sistemas operacionais, adquiridos ou desenvolvidos pela entidade. Para o desenvolvimento de um *software* são necessários gastos elevados na fase inicial, porém, após a etapa inicial de desenvolvimento, o custo de manutenção para cada unidade adicional é mínimo ou, em algumas vezes, inexistente (PEREZ; FAMÁ, 2006).

O CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010) retrata que o *goodwill* é a rentabilidade futura gerada internamente dentro de uma entidade. Na visão de Carvalho e Souza (1999), Perez e Famá (2006) e Cataño (2010), os ativos intangíveis são considerados uma fonte de riqueza das organizações, motivo este que leva as empresas a destinarem atenção especial tanto na administração desses ativos quanto no reconhecimento, na avaliação e no seu devido registro. Nesse mesmo âmbito, alguns ativos intangíveis não são registrados nas demonstrações, são reconhecidos como invisíveis ou ocultos e também tendem a ser agrupados sob a forma de capital intelectual.

Almeida e Hajj (1997, p. 10) definem *goodwill* como “[...] a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, gerados pelos ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que propiciariam tal fluxo.” Os autores ainda relatam que são muitas as dificuldades encontradas pelas empresas ao registrarem o *goodwill*, principalmente quanto à objetividade. Em razão de tais condições, esse ativo, em algumas situações, não é registrado.

Do ponto de vista de Teixeira, Petri e Marques (2012), pesquisadores, contadores, economistas, engenheiros e tribunais têm tentado definir *goodwill*, a sua natureza e a sua correta mensuração, resultando em imensa variedade de controvérsias identificadas na sua definição.

## 2.2 RECONHECIMENTO E DIVULGAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) definem que para seu reconhecimento os ativos intangíveis devem seguir e “[...] obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos.”

A existência de qualquer ativo e/ou ativo intangível não é razão suficiente para que seja reconhecido contabilmente, principalmente quando um ativo intangível é criado ou desenvolvido internamente, como no caso de *software* (PEREZ; FAMÁ, 2006).

De acordo com Sá (2010), o reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente ocorre em duas fases, a da pesquisa e a do desenvolvimento. Na fase da pesquisa, a entidade reconhece no resultado os custos incorridos, não demonstrando que há um ativo se desenvolvendo. Na fase de desenvolvimento são aplicados os critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis, quando estes coincidem com a normatização exigida. Satisfeitos todos os critérios para o reconhecimento, a empresa reconhece os gastos com ativos intangíveis.

Para o reconhecimento de ativos intangíveis adquiridos externamente, o CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010, p. 10) aponta que se deve seguir critérios distintos dos ativos gerados internamente; um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

[...] for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade. A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo. A entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.

Diante do registro e controle do patrimônio, bem como suas mutações, a contabilidade apura e demonstra os resultados e a situação econômica e financeira da entidade, servindo para a análise tanto do público interno quanto do externo. A falta de registro e a não mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis distanciam o patrimônio dos acionistas no mercado e o refletido pela contabilidade tradicional (PEREZ; FAMÁ, 2006).

A entidade deve divulgar, conforme define o CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010), informações para cada classe de ativos intangíveis com distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e os demais ativos intangíveis:

- a) com vida útil indefinida ou definida;
- b) métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil;
- c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada;
- d) rubrica da demonstração do resultado;
- e) conciliação do valor contábil no início e no final do período com adições, demonstrando separadamente as desenvolvidas internamente, ativos mantidos para a venda, os aumentos ou as reduções durante o período, provisões para perdas de ativos, reversão de perda por desvalorização de ativos, qualquer amortização reconhecida no período, variações cambiais líquidas.

A entidade também deve divulgar:

- a) os ativos intangíveis avaliados com vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação;
- b) o valor contábil e o prazo de amortização relevante individual;
- c) os ativos intangíveis adquiridos por meio de assistência governamental ou subvenção e reconhecidos ao valor justo, o seu valor contábil, se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;
- d) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis são oferecidos como garantia de obrigações;
- e) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis (CPC 04 (R1)) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010).

Chander e Mehra (2011) determinam que os ativos intangíveis se tornam parte integrante do processo de criação de qualquer empresa. Com isso, é de suma importância a comunicação e a divulgação das informações para as partes interessadas, como no caso dos investidores e acionistas.

## 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

A pesquisa de Antunes e Leite (2008) verificou a adequação das informações na divulgação de ativos intangíveis na percepção de analistas de corretoras de valores. A pesquisa foi do tipo exploratória, apresentando uma amostra composta por 18 analistas que realizaram análise de investimento em corretoras de valores nas cidades



do Rio de Janeiro e São Paulo. A análise dos dados foi de forma qualitativa. Os resultados apontam que os analistas consideram ativos intangíveis como itens importantes, julgando que estes possam dar resultados positivos para as empresas. Entretanto, esses analistas não consideram suficientes as informações divulgadas, por não apresentarem de forma sistematizada.

Gerpott, Thomas e Hoffmann (2008) analisaram a qualidade de divulgação de ativos intangíveis em uma amostra internacional de 29 operadoras de rede de telecomunicações. Os dados para a realização do estudo foram coletados dos relatórios anuais das empresas da amostra, referente aos anos 2003 e 2004. A divulgação de ativos intangíveis encontrada nos relatórios anuais é relativamente baixa, os intangíveis divulgados foram muitas vezes limitados a pequenos trechos de informações qualitativas. Nessa amostra pesquisada, as empresas europeias exibiram níveis de qualidade mais elevados do que as empresas americanas, visto que as medidas de divulgação de ativos intangíveis não foram significativamente relacionadas ao desempenho financeiro desse setor.

A pesquisa de Crisóstomo (2009) teve o objetivo de entender a controvérsia do tema “tratamento de ativos intangíveis” em diferentes mercados e a situação no Brasil. Verificou-se que, no âmbito internacional, há falta de uniformidade, enquanto no Brasil há uma carência de formalização normativa relativamente aos aspectos pesquisados até a Lei n. 11.638/07 e o Pronunciamento Técnico CPC 04.

O estudo elaborado por Dedman et al. (2009) teve como objetivo analisar o impacto da relação entre as práticas do Reino Unido e a mensuração e divulgação dos ativos intangíveis, ao abranger atividades de pesquisa de desenvolvimento. Os resultados obtidos indicaram que a regulação de divulgação e a aplicação de mecanismos referentes aos ativos intangíveis têm evoluído nos últimos anos, bem como essa evolução provavelmente foi afetada por casos de “escândalo”. Macagnan (2009a) buscou identificar fatores que influenciam o crescimento da evidenciação de informação voluntária de recursos intangíveis, em empresas listadas na Bolsa Espanhola. Por meio da técnica de mínimos quadrados ordinários, os resultados apontaram fatores como tamanho, setor, endividamento, grau de internacionalização, anos de existência e a diferença entre o preço da ação sobre o valor contábil da empresa, para explicar o aumento da evidenciação de informação de recursos intangíveis. Outra pesquisa de Macagnan (2009b) buscou analisar o alcance das informações publicadas voluntariamente sobre recursos intangíveis no relatório anual de empresas no mercado de capital da Espanha, bem como verificar se há uma possível correlação entre essa divulgação e a rentabilidade efetiva das ações. Os

resultados contrariaram a suposição de que a quantidade de divulgação voluntária de informações resulta em maior rentabilidade de ações no ano subsequente. Córcoles (2010) teve por objetivo entender o nível de interesse com que as empresas espanholas fornecem informações a partir de estudos sobre a divulgação de ativos intangíveis. Concluiu que a divulgação dessas informações é escassa e quando ocorre é realizada por empresas de grande porte, em sua maioria.

O estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) consistiu em apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, referente ao exercício de 2010. Os autores seguiram os critérios de reconhecimento, mensuração e registro de ativos intangíveis, conforme especificado no CPC 04 (R1), além de verificarem se existe relação entre o índice, o tamanho das empresas, o setor econômico em que atuam e a quantidade de anos de constituição das companhias. Os resultados da pesquisa mostraram que a empresa Copel apresentou o maior índice de evidenciação de ativos intangíveis (88%), mas nenhuma das empresas da amostra cumpriu integralmente as determinações do CPC 04 (R1) em termos de evidenciação compulsória. Constatou-se também que existe relação entre os índices de evidenciação e o tamanho das empresas. Sobre o setor de atuação, não há evidências de que empresas de setores sensíveis tendem a apresentar maiores índices de evidenciação.

A pesquisa de Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012) analisou a divulgação dos ativos intangíveis nas contas consolidadas de sete bancos portugueses e sete bancos espanhóis, no período de 2006 a 2009. Procuraram determinar quais foram os fatores principais para essa divulgação. Os autores elaboraram um índice de divulgação com base nos requisitos da IAS 38, que trata dos ativos intangíveis. A partir disso, realizaram duas análises estatísticas. A primeira foi uma análise univariada de cada uma das variáveis explanatórias. A outra constituiu-se em uma análise multivariada, contemplando todas as variáveis. Concluíram que a dimensão da instituição bancária e o grau de internacionalização foram as variáveis consideradas mais relevantes para o índice de divulgação.

### **3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

O presente estudo remete-se a uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo descrever até que ponto são divulgados os ativos intangíveis nas contas consolidadas das empresas do setor Financeiro e Outros listadas na BM&FBovespa,

no período entre 2010 e 2012. Por se tratar de uma pesquisa com número considerável de observações, optou-se pela análise quantitativa dos dados.

### 3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa compreende as companhias abertas listadas na BM&FBovespa, classificadas no setor econômico “Financeiro e Outros”, em razão das características singulares de suas atividades, totalizando uma população de 147 empresas. A amostra não probabilística da pesquisa é composta por 73 empresas. Das 147 empresas, 74 foram eliminadas da amostra por não possuírem todos os dados necessários para a análise. Destas, foram excluídas ainda 39 empresas, pois não evidenciaram ativos intangíveis em suas demonstrações no período analisado de 2010 a 2012. Assim, a amostra final foi composta por 34 empresas, totalizando 102 observações realizadas.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento de coleta e análise dos dados foi realizado de forma documental, extraíram-se das demonstrações contábeis e notas explicativas de cada empresa as informações necessárias para aplicar a estatística descritiva e a regressão linear múltipla, com a utilização do *software* SPSS versão 20.

#### 3.2.1 Variável dependente

Este estudo concentra-se em produzir um índice de transparência dos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras de instituições bancárias brasileiras. A principal base de requisitos de divulgação é estabelecida no CPC 04 (R1).

Elaborou-se, a partir da literatura, um *check list* com a finalidade de identificar, a partir das notas explicativas das instituições financeiras, quais foram as classes de ativos intangíveis divulgados pela entidade, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Check list para a verificação da divulgação e mensuração dos ativos intangíveis

Item	Check list
1	O valor contábil bruto e a eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
2	A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
3	A conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
4	a) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno;
5	b) as adquiridas;
6	c) as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
7	d) ativos classificados como mantidos para a venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para a venda e outras baixas;
8	e) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 do CPC 04 (R1) e perdas por desvalorização de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o CPC 01;
9	f) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o CPC 01 (se houver);
10	g) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o CPC (se houver);
11	h) qualquer amortização reconhecida no período;
12	i) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;
13	j) outras alterações no valor contábil durante o período.
	A entidade também deve divulgar:
14	Em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;
15	Uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
16	Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:
17	a) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;
18	b) seu valor contábil;
19	c) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação.
20	A existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;
21	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

Fonte: adaptado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2010).

De acordo com o Quadro 1, foram analisados 21 itens referentes aos ativos intangíveis, os quais foram julgados de duas formas. Quando a empresa apresentou o item evidenciado, considerou-se que atendeu ao item, atribuindo o número 1. Caso a empresa não tenha apresentado o item em nota explicativa, significa que não atendeu ao item, atribui-se o número 0 para fins de cálculo de quantidade de divulgação do *checklist*.

O índice de divulgação é calculado por meio do cálculo do arranjo dos elementos divulgados ou da evidenciação realizada pela empresa nas notas explicativas, assim, os índices de divulgação obtidos por esses resultados são os seguintes:

Pontuação dos ativos intangíveis divulgados:

$$D = \sum_{i=1}^m e_i \quad (1)$$

Onde:

D = pontuação de divulgação dos ativos intangíveis de acordo com o CPC 04;

E<sub>i</sub> = elemento divulgado como ativo intangível ou sendo analisado como variável dicotômica que leva o valor 0 se o elemento *i* não é divulgado, e o valor 1 se o elemento *i* é divulgado;

M = O número máximo de elementos divulgados ( $m < n$ ).

Pontuação dos ativos intangíveis evidenciados nas notas explicativas:

$$A = \sum_{i=1}^n e_i \quad (2)$$

Onde:

A = pontuação de cada item divulgado nas notas explicativas conforme o CPC 04;

E<sub>i</sub> = divulgação do elemento *i* sobre o ativo intangível em análise, que toma o valor 0 se o elemento *i* não é divulgado, e o valor 1 se o elemento *i* é divulgado;

N = número máximo de itens divulgados nas notas explicativas, relevante  $n < 21$ .

Índice de divulgação de acordo com o CPC 04 (R1) (DIV 04)

Esse índice indica apenas a presença ou divulgação de informações sobre um item específico nas notas explicativas, não analisa a extensão ou a qualidade da divulgação de um item específico, ou seja, se a empresa divulgou 1 dos 21

itens conforme o *check list* apresentado no Quadro 1, esta receberá a pontuação 1, apresentando um percentual de divulgação de 0,047 diante do total dos 21 itens.

### 3.2.2 Variáveis independentes e hipóteses de teste

As variáveis independentes testadas neste estudo foram coletadas na base Econômica, compreendendo o tamanho da empresa (SIZE), o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), o retorno sobre o ativo (ROA), o percentual de ativos intangíveis sobre o ativo total (PIBA) e as variáveis *dummy* de empresas com emissão de ADR, empresas auditadas por *big four*, empresas que pertencem a diferentes níveis de governança, empresas que passaram por combinação de negócios, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis independentes neste estudo (continua)

Variáveis independentes	Descrição	Medição	Autores
ADR	Empresas com emissão de ADR	Empresa com emissão de ADR = 1 Empresa sem emissão de ADR = 0	Silveira et al. (2004), Murcia et al. (2009), Lameira, Ness Junior e Macedo-Soares (2007), Mendonça et al. (2010)
Auditoria <i>big four</i>	Empresas auditadas por <i>big four</i>	Empresas auditadas por <i>big four</i> = 1 Empresas que não são auditadas por <i>big four</i> = 0	Murcia et al. (2009), Rover et al. (2012)
Pertence a diferentes níveis de governança	Empresa que pertence a algum nível de governança	Empresas que pertencem ao nível de governança = 1 Empresas que não pertencem a nenhum nível de governança = 0	Murcia e Wuerges (2011), Lameira, Ness Junior e Macedo-Soares (2007), Amaral et al. (2008), Perobelli, Lopes e Silveira (2012)
Combinação de negócios	Empresas que passaram por combinação de negócios	Empresas que passaram por combinação de negócios = 1 Empresas que não realizaram combinação de negócios = 0	Costa, Paulo e Barbosa (2011), Bachir (2013)
SIZE	Tamanho	Tamanho da empresa medido pelo logaritmo do ativo total	Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012) e Nakamura et al. (2007)

Variáveis independentes	Descrição	Medição	Autores
ROA	Retorno sobre ativos	Medido pelo retorno sobre o ativo	Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012) e Carvalho et al. (2010)
ROE	Retorno sobre o patrimônio líquido	Medido pelo retorno sobre o patrimônio	Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012) e Barcellos, Silva e Costa Junior (2012)
PIBA	Porcentagem de intangíveis no balanço patrimonial	Medida em porcentagem do total de ativos intangíveis	Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012)

Fonte: os autores.

A variável *dummy* de empresas que possuem *American Depositary Receipts* (ADR) – recibos americanos de depósito de ações – representa empresas que tenham negociações de ações ativas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange, NYSE*), Americana (*American Stock Exchange, Amex*) e *National Association of Securities Dealers Automated Quotation (NASDAQ)* no ano 2014. A escolha dessa variável deve-se ao fato de que as empresas que emitem ADRs devem se enquadrar em padrões mais rígidos de governança corporativa, devendo apresentar em média melhor qualidade de governança do que as outras de seu país de origem (SILVEIRA et al., 2004). Dessa forma, estabeleceu-se a primeira hipótese do estudo:

$H_1$  – Empresas com ADRs apresentam níveis mais elevados de evidenciação de ativos intangíveis.

Na visão de Murcia et al. (2009) e Rover et al. (2012), empresas auditadas por *big four* tendem a divulgar informações mais detalhadas que empresas auditadas por outras firmas de auditoria não pertencentes ao grupo das *big four*. Segundo Ahmad, Hassan e Mohammad (2003), as empresas que pertencem ao grupo das *big four*, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst&Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers, tendem a não auditar empresas com um nível baixo de evidenciação. Assim, estabeleceu-se a segunda hipótese de pesquisa:

$H_2$  – Empresas auditadas com *big four* apresentam níveis mais elevados de evidenciação de ativos intangíveis.

A variável de governança corporativa foi incorporada ao modelo, pois, segundo Lameira, Ness Junior e Macedo-Soares (2007) e Murcia e Wuerges (2011),

as práticas de governança corporativa das empresas influenciam a divulgação de informações. Dessa forma, a terceira hipótese do estudo foi estabelecida:

H<sub>3</sub> – Empresas listadas nos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa apresentam níveis mais elevados de evidenciação de ativos intangíveis.

Bachir (2013) define que uma operação de combinação de negócios, conforme o CPC 15 (R1), exige que todos os ativos que foram adquiridos, inclusive os intangíveis, sejam divulgados e mensurados ao valor justo na data de aquisição. Assim, espera-se que empresas que tenham passado por esse processo apresentem níveis mais elevados de evidenciação dos intangíveis. A partir disso, foi elaborada a quarta hipótese do estudo:

H<sub>4</sub> – Empresas que passaram por processo de combinação de negócios apresentam níveis mais elevados de evidenciação de ativos intangíveis.

A variável independente tamanho da entidade (SIZE), medida pelo Log do ativo total, é uma das variáveis mais utilizadas nos estudos sobre os determinantes de divulgação. Assim, formulou-se a quinta hipótese do estudo:

H<sub>5</sub> – Há uma relação positiva entre o tamanho da empresa e a divulgação de ativos intangíveis em suas demonstrações financeiras.

Segundo Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012), entende-se que as empresas mais lucrativas divulgam mais informações. Dessa forma, o desempenho econômico costuma ser um dos fatores mais comumente utilizados nos estudos sobre os determinantes de divulgação.

Nos estudos sobre a divulgação de ativos intangíveis, a rentabilidade é medida geralmente por dois índices: Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Dessa maneira, é formulada a sexta hipótese de estudo:

H<sub>6</sub> – Há uma relação positiva entre a lucratividade e a divulgação dos ativos intangíveis por parte das empresas.

A porcentagem de ativos intangíveis no balanço patrimonial (PIBA), segundo Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012), permite estudar se um percentual maior de investimentos em ativos intangíveis nas demonstrações financeiras, sobre o total de ativos de uma empresa, incentiva maior divulgação, formulando-se, assim, a sétima hipótese de pesquisa.

H<sub>7</sub> – Há uma relação positiva entre o valor de ativos intangíveis contabilizados e o índice de divulgação desses ativos.



## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, para a análise dos dados, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis utilizadas na pesquisa. O resultado da estatística descritiva é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio padrão
Intangível (DIV 4)	0,000	0,619	0,294	0,304	0,150
Tamanho da empresa (SIZE)	-0,968	13,222	8,227	8,484	2,715
Retorno sobre Ativos (ROA)	-0,488	0,560	0,033	0,018	0,108
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	-6,975	1,551	0,098	0,112	0,761
Porcentagem de intangíveis no balanço patrimonial (PIBA)	-0,005	0,856	0,061	0,003	0,180

Fonte: os autores.

Pelos resultados expostos na Tabela 1, percebe-se que as médias e medianas não estão próximas, indicando que a distribuição não é simétrica e que há valores extremos os quais estão afetando as médias. Analisando os valores mínimos e máximos, pode-se notar, também, que existem valores muito distantes do padrão. Observa-se que o valor máximo ficou atribuído à variável tamanho da empresa (SIZE), enquanto o mínimo foi atribuído à variável intangível (DIV 4). A variável tamanho (SIZE) também apresentou alto valor de desvio padrão, o que indica, segundo Fávero (2009), a existência de observações com valores distantes da média.

Antes de expor os resultados da regressão, destaca-se o atendimento aos pressupostos fundamentais para a utilização da técnica de regressão previstos por Kennedy (1998).

Segundo Kennedy (1998), a técnica de regressão linear tem por necessidade responder aos pressupostos no que se refere à aleatoriedade, normalidade, homoscedasticidade e multicolinearidade dos dados. Para tal, aplicaram-se os testes de *Durbin-Watson*, *Shapiro-Wilk* e *Levene*. O Quadro 3 demonstra os testes de aleatoriedade, normalidade e homoscedasticidade das empresas estudadas.

Quadro 3 – Testes de aleatoriedade, normalidade e homoscedasticidade

<b>Pressupostos</b>	<b>Testes</b>	<b>Hipóteses</b>
Aleatoriedade	<i>Durbin-Watson</i> : Estatística DW = 1,903 Valor-p = 0,006 Autocorrelação dos resíduos = 0,046	Inexiste autocorrelação de primeira ordem entre os resíduos.
Normalidade	<i>Shapiro-Wilk</i> : Estatística SW = 0,973 Valor-p = 0,038	A distribuição dos resíduos é normal.
Homoscedasticidade	<i>Levene</i> : Estatística F = 0,073 Valor-p = 0,786	A variância dos erros é uniforme.

Fonte: os autores.

Em atendimento ao pressuposto da aleatoriedade no procedimento de regressão, aplicou-se o teste de *Durbin-Watson*. Field (2009, p. 179) afirma que o teste de *Durbin-Watson* (DW) “[...] testa a correlação serial entre erros. Especificadamente, ele testa se os resíduos adjacentes são correlacionados.” O teste DW apresentado no Quadro 3 demonstra a inexistência de autocorrelação de primeira ordem entre os resíduos, visto que seu valor de 1,903 está próximo a 2, conforme preconizam Hair Júnior et al. (2005).

No Quadro 3, a normalidade dos dados é testada pelo teste de *Shapiro-Wilk* (S-W) que, conforme Fávero et al. (2009, p. 112), compara a “[...] distribuição de frequência acumulada de um conjunto de valores observados da amostra com uma distribuição esperada ou teórica.” O teste S-W do presente estudo foi significativo ao nível de 1%, portanto, aceita-se a hipótese de que a distribuição dos resíduos é normal.

Para verificação da homoscedasticidade, aplicou-se o teste de *Levene*. Hair Júnior et al. (2005) confirmam que o teste de *Levene* é o mais comum para a verificação da homoscedasticidade. Conforme observado, o teste de *Levene* não foi significativo, confirmando-se a hipótese de que a variância dos erros é uniforme, ou seja, que a diferença entre as variâncias é igual a zero.

A Tabela 2 apresenta, na correlação de *Pearson*, a relação entre as variáveis que explicam a divulgação dos ativos intangíveis das empresas analisadas. Observa-se que a correlação não sugere necessariamente uma relação de causa e efeito, mas uma associação entre as variáveis.

Tabela 2 – Correlação de *Pearson*

		Emissão de ADR	Auditoria big four	Governança	Combinação de negócios	Intangível (DIV 4)	SIZE	ROA	ROE	PIBA
Emissão de ADR	Correlação	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sig.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auditoria big four	Correlação	0,169	1,000	-	-	-	-	-	-	-
	Sig.	0,089	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertence à governança	Correlação	0,443**	0,075	1,000	-	-	-	-	-	-
	Sig.	0,000	0,454	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócios	Correlação	0,038	0,116	-0,040	1,000	-	-	-	-	-
	Sig.	0,704	0,247	0,686	-	-	-	-	-	-
Intangível (DIV 4)	Correlação	0,252*	0,459**	0,104	0,200*	1,000	-	-	-	-
	Sig.	0,011	0,000	0,299	0,044	-	-	-	-	-
SIZE	Correlação	0,477**	0,536**	0,180	0,146	0,683**	1,000	-	-	-
	Sig.	0,000	0,000	0,071	0,143	0,000	-	-	-	-
ROA	Correlação	-0,019	0,139	-0,019	0,068	0,141	0,155	1,000	-	-
	Sig.	0,848	0,165	0,848	0,498	0,158	0,120	-	-	-
ROE	Correlação	0,024	-0,028	-0,224*	0,062	-0,052	-0,034	0,281**	1,000	-
	Sig.	0,809	0,783	0,023	0,536	0,603	0,734	0,004	-	-
PIBA	Correlação	-0,075	0,156	-0,109	-0,011	0,117	0,024	0,112	0,025	1,000
	Sig.	0,455	0,116	0,275	0,916	0,243	0,813	0,261	0,800	-

Fonte: os autores.

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Observa-se na Tabela 3 que as variáveis Emissão de ADR (25%), Auditoria *big four* (46%) e Combinação de negócios (20%) possuem correlação positiva com a divulgação do intangível. No entanto, a variável que apresentou coeficiente de correlação mais robusto com a divulgação de intangível foi o tamanho da empresa (SIZE).

A variável SIZE também está correlacionada positiva e significativamente com as variáveis ADR e *big four*. Já a variável percentagem de intangíveis no balanço patrimonial (PIBA) não está correlacionada significativamente com nenhuma outra variável do estudo.

Após a análise da correlação de *Pearson*, busca-se por meio da regressão linear múltipla, verificar se as variáveis: retorno sobre ativos (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), percentagem de intangíveis no balanço patrimonial (PIBA) e tamanho da empresa (SIZE), além das variáveis *dummy*: emissão de ADR, auditoria *big four*, níveis de governança e combinação de negócios explicam a evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas analisadas. A Tabela 3 apresenta o resumo do modelo da regressão linear múltipla.

Tabela 3 – Resultados da regressão linear múltipla

Variáveis	Coeficientes	Estatística t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
				Tolerância	VIF
(Constante)	-0,035	-0,883	0,380	-	-
ADR	-0,035	-0,816	0,417	0,604	1,656
Auditoria	0,038	1,103	0,273	0,681	1,468
Governança	0,007	0,241	0,810	0,733	1,364
Combinação de negócios	0,063	1,340	0,183	0,968	1,034
SIZE	0,035	6,429	0,000	0,536	1,865
ROA	0,028	0,260	0,795	0,863	1,159
ROE	-0,007	-0,436	0,664	0,837	1,194
PIBA	0,068	1,091	0,278	0,947	1,056
R <sup>2</sup>					0,291
R <sup>2</sup> ajustado					0,263
F Estatística					11,686
F (p-valor)					0,000
Número de observações					102

Fonte: os autores.

A Tabela 3 descreve o modelo globalmente. O coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>), que serve como uma medida de quanto a variabilidade da saída pode ser debitada aos

previsores, demonstra um valor de 0,291, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por apenas 29,1% da variação na evidenciação dos intangíveis.

Conforme os resultados apresentados pela análise de variância, por meio do teste F (Tabela 3), pode-se afirmar que, de forma geral, o modelo é significativo para explicar a divulgação dos ativos intangíveis pelas empresas. Quanto aos coeficientes de regressão linear múltipla, a única variável independente que foi considerada estatisticamente significativa foi o tamanho (*SIZE*), ao nível de 1% (*p-value* < 0,01).

A partir dos resultados apresentados, verifica-se que o índice de divulgação aumenta de acordo com o tamanho da empresa. Por conseguinte, esses resultados validam a hipótese formulada de que o índice de divulgação é maior em empresas maiores ( $H_3$ ), o que vai ao encontro dos resultados do estudo sobre a divulgação dos ativos intangíveis de Silva, Rodrigues e Muñoz Dueñas (2012). As demais hipóteses foram rejeitadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros listadas na BM&FBovespa entre os anos 2010 e 2012.

Para tal, foi testada a influência das variáveis de Retorno sobre Ativos (ROA), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), a porcentagem de ativos intangíveis no balanço patrimonial (PIBA), o tamanho da empresa (*SIZE*) e variáveis *dummy* de empresas com emissão de ADR, empresas auditadas por *big four* e empresas que pertencem a diferentes níveis de governança e que passaram por combinação de negócios.

A primeira conclusão que se pode inferir a partir dos resultados é o nível baixo de evidenciação de ativos intangíveis praticado pelas empresas investigadas (Tabela 1), abaixo de um terço do que é exigido pela normatização. Depreende-se, dessa forma, que ainda há um caminho longo a ser percorrido pelas organizações do setor analisado na busca de maior qualidade para a divulgação de seus intangíveis.

Quanto às variáveis determinantes para essa evidenciação, os resultados deste estudo denotam que quanto maior a empresa maior o índice de evidenciação de ativos intangíveis, o que leva à não rejeição da hipótese  $H_1$ . Já as demais hipóteses,  $H_2$  a  $H_7$ , não se confirmaram, ou seja, o retorno dos ativos, o retorno sobre o PL, a porcentagem de ativos intangíveis frente aos ativos totais, a emissão de ADR, o fato de ser auditada por *big four*, pertencer a níveis de governança corporativa ou ter passado por processo de combinação de negócios não influenciou a divulgação dos ativos intangíveis nas notas explicativas nas empresas analisadas, como era esperado.

Tal fato pode ter sido influenciado pela quantidade restrita da amostra, de apenas 34 empresas, com 102 observações. No entanto, tais resultados podem servir como alerta para a qualidade da evidenciação das empresas brasileiras do setor Financeiro e Outros. O fato de que apenas o tamanho é fator explicativo para a evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas investigadas implica uma reflexão sobre a efetiva influência da governança na qualidade do *disclosure*, ou no poder ou *enforcement* exercido pelas empresas de auditoria *big four* no sentido de uma evidenciação ampla. Pode-se inferir isso também em relação às outras variáveis que não apresentaram significância, como a negociação de ADRs e a operação de combinação de negócios.

Por fim, conclui-se que empresas maiores podem apresentar mais incentivos para uma divulgação mais ampla dos ativos intangíveis, como, por exemplo, atrair possíveis investidores, a fim de reduzir seu custo de capital. Por outro lado, tais empresas também podem ter apresentado níveis mais elevados de divulgação de intangíveis por conta de maiores exigências normativas, seja por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seja por órgãos reguladores, entre outros.

As conclusões obtidas ficam restritas à amostra pesquisada, impossibilitando generalizações, uma vez que empresas inicialmente selecionadas não puderam compor a amostra final, motivos explicitados na seção de população e amostra, prejudicando as generalizações para o setor pesquisado. Além dessas limitações destacadas, a investigação ficou restrita às informações definidas pelo CPC 04, haja vista que pode ser expandido com análise de informações realizadas pelas empresas de forma voluntária.

Recomenda-se, para estudos futuros, que se aborde um período maior para a análise, a fim de se obter uma visão mais ampla dessa prática que ainda é recente no cenário nacional. Recomenda-se, ainda, investigar outro grupo ou até mesmo todas as empresas listadas na BM&FBovespa, verificando se os argumentos levantados pela literatura se confirmam dentro do contexto das empresas.

## REFERÊNCIAS

AHMAD, Z.; HASSAN, S.; MOHAMMAD, J. Determinants of environmental reporting in Malaysia. **International Journal of Business Studies**, v. 11, p. 69-90, 2003.

ALMEIDA, M. G. M; HAJJ, Z. S. Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill e do ativo intelectual. **Caderno de Estudos**, São Paulo, Fipecafi, v. 9, n. 16, jul./dez. 1997.

- AMARAL, H. F. et al. Corporate governance and release of annual financial statements. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2008.
- ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S. Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 4, p. 22-38, out./dez. 2008.
- AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, 2012.
- BACHIR, O. A. A. **Um estudo sobre o nível de evidenciação nas demonstrações financeiras em casos de combinações de negócios no Brasil nos anos de 2010 e 2011**. 2013. 101p. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas)–Escola de Administração de Empresa de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2013
- BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C.; COSTA JUNIOR, J. V. Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. **Pensar Contábil**, v. 14, p. 4-14, 2012.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- CARVALHO, A. C. M. de; SOUZA, L. P. de. Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões das contradições na literatura e propostas para sua avaliação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 4, n. 1, p. 73-83, jan./jun. 1999.
- CARVALHO, F. L. et al. Identificação de indicadores contábeis relevantes para previsão e projeção de rentabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, n. 3, p. 94-110, dez. 2010.
- CATAÑO, Y. F. Valuación de los activos intangibles. Caso de la UNAM. **Revista del Centro de Investigación**, Universidad La Salle, v. 9, n. 33, p. 45-60, 2010.
- CHANDER, S.; MEHRA, V. A study on intangible assets disclosure: An evidence from Indian companies. **Intangible Capital**, v. 7, n. 1, p. 1-30, 2011.
- COLAUTO, R. D. et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 143-169, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1). **Ativo intangível**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 05 maio 2013.

CÓRCOLES, Y. R. Divulgación de la información sobre intangibles en organizaciones españolas. **Contabilidad y Negocios**, v. 5, n. 9, p. 57-67, 2010.

CÓRCOLES, Y. R. Importance of intellectual capital disclosure in Spanish universities. **Intangible Capital**, v. 9, n. 3, p. 931-944, 2013.

COSTA, G. P. C. L. da; PAULO, E.; BARBOSA, G. de C. Reconhecimento do Goodwill em Combinação de Negócios: Análise das Transações com Pagamento em Ações e em Dinheiro. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 12, n. 2, 2011.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidencição adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, 2009.

D'ALAURO, Gabriele. The impact of IAS 36 on goodwill disclosure: evidence of the write-offs and performance effects. **Intangible Capital**, v. 9, n. 3, p. 754-799, 2013.

DEDMAN, E. et al. Accounting, Intangible Assets, Stock Market Activity, and Measurement and Disclosure Policy – Views From the UK. **Abacus**, v. 45, n. 3, p. 312-341, 2009.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

FIELD, A. **Descobrimdo a estatística usando o SPSS**. Grupo A, 2009.

FONTANA, F. B.; MACAGNAN, C. B. Factors explaining the level of voluntary human capital disclosure in the Brazilian capital market. **Intangible Capital**, v. 9, n. 1, p. 305-321, 2013.

FUERTES, A. T.; GARCÍA, L. C. Análisis de los factores determinantes de la transparencia en RSC en las empresas españolas cotizadas. **Intangible Capital**, v. 9, n. 1, p. 225-261, 2013.

GERPOTT, T. J.; THOMAS, S. E.; HOFFMANN, A. P. Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. **Journal of intellectual capital**, v. 9, n. 1, p. 37-61, 2008.

HAIR JÚNIOR, F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **The Balanced Scorecard**. Boston: Harvard Business School Press, 1997.

KENNEDY, P. **A guide to econometrics**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

LAMEIRA, V. de J.; NESS JUNIOR, W. L.; MACEDO-SOARES, D. L. van A. de. Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração**, v. 42, n. 1, p. 64-73, 2007.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 46-61, 2009a.

MACAGNAN, C. B. Voluntary disclosure of intangible resources and stock profitability. **Intangible Capital**, v. 5, n. 1, p. 1-32, 2009b.

MENDONÇA, M. M. de et al. O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs1. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 52, 2010.

MURCIA, F. D. et al. 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2009.

MURCIA, F. D.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, abr./jun. 2011.

NAKAMURA, W. T. et al. Determinantes de Estrutura de Capital no Mercado Brasileiro: Análise de Regressão com Painel de Dados no Período 1999-2003. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 72-85, 2007.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004.

PEROBELLI, F. F. C.; LOPES, B. de S.; SILVEIRA, A. Di M. da. Planos de opções de compra de ações e o valor das companhias brasileiras. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 10, n. 1, 2012.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **R. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

SÁ, C. S. V. F. **Activos Intangíveis**: Impacto da Adopção das IAS ao nível das Despesas de I&D. 2010. 94 p. Dissertação (Mestrado)–Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. *Avaliação de ativos intangíveis*. Sao Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, M. de L. R. da; RODRIGUES, A. M. G.; MUÑOZ DUEÑAS, M. del P. **Disclosure of intangible assets**: an empirical study of financial corporations in the Iberian Peninsula. 2012.

SILVEIRA, A. Di M. da et al. Efeito dos acionistas controladores no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 39, n. 4, 2004.

TEIXEIRA, J. P.; PETRI, S. M; MARQUES, T. O. O valor da marca como um ativo intangível: um estudo de caso da WEG S.A. **Revista de contabilidade do mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 2, p. 45-67, maio/ago. 2012.

UYAR, A.; KILIC, M.; BAYYURT, N. Association between firm characteristics and corporate voluntary disclosure: Evidence from Turkish listed companies. **Intangible Capital**, v. 9, n. 4, p. 1080-1112, 2013.

VERGAUWEN, P; BOLLEN, L.; OIRBANS, E. Intellectual capital disclosure and intangible value drivers: an empirical study. **Management Decision**, v. 45, n. 7, p. 1163-1180, 2007.

### Como citar este artigo

CHIARELLO, Tânia Cristina; MARASSI, Rodrigo Barraco; KLANN, Roberto Carlos. Divulgação de ativos intangíveis: um estudo em organizações do setor financeiro e outros da BM&FBovespa. **RACE**, Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 14, n. 1, p. 197-224, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>>.

APA Chiarello, T. C., Marassi, R. B., & Klann, R. C. (2015). Divulgação de ativos intangíveis: um estudo em organizações do setor financeiro e outros da BM&FBovespa. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 14(1), 197-224. Recuperado em dia/mês/ano, de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>

